

LURDES PINTASILGO A UM SEMANÁRIO FRANCÊS

«PONTOS DE ENCONTRO» ENTRE O SEU PROJECTO E O DOS PARTIDOS DE ESQUERDA

Maria de Lourdes Pintasilgo não se identifica «com qualquer das formações políticas que actualmente representam a esquerda em Portugal», segundo declarou em entrevista ao semanário francês «Temoignage Chrétien».

O Primeiro-Ministro sublinhou o seu distanciamento relativamente aos partidos da aquela área política, depois de admitir que a sua nomeação para o cargo constituía para a esquerda uma «nova possibilidade», conforme aliás — disse — terão sugerido as reacções a essa nomeação.

Admitindo, por outro lado, a existência de «pontos de en-

contro» entre o seu projecto de sociedade e o dos partidos da esquerda portuguesa, considerou não ser, porém, altura de pôr aquele em prática, atendendo ao contexto institucional em que se situa a acção do meu governo.

«Há que preparar as eleições» — salientou.

Lourdes Pintasilgo sublinhou também que o seu projecto político não se enquadra no esquema da «crisis» que existe entre esquerda e direita.

Interrogada sobre o fundamento de boatos que a apontam como possível líder de um partido presidencial em formação, Lourdes Pintasilgo afirmou não

ter conhecimento de que o general Ramalho Eanes jamais haja enunciado tal propósito.

«A minha opção de base, em termos de estrutura política, vai no sentido da política não profissional» — afirmou.

Lourdes Pintasilgo reconheceu a inevitabilidade de essa posição a levar a afrontamentos com os partidos políticos, que considerou indispensáveis à evolução das «democracias», mas não suficientes, pois — frisou — «a sociedade seria terrivelmente mutilada se tudo o que é político fosse esgotado pela acção dos partidos».

Na segunda parte da entrevista, intitulada «Os cem dias

de Maria de Lourdes», o Primeiro-Ministro abordou o que considera os problemas mais candentes em cada domínio da vida social portuguesa, referindo-se designadamente à organização da administração Pública, cuja descentralização apontou como imperiosa.

Entre os domínios «em que o meu governo poderá agir», referiu a aplicação da «lei de base do serviço de saúde».

No plano económico, destacou como propósito do V Governo o de, através do plano que tem em preparação, criar as condições necessárias para que aos seus sucessores se imponha a escolha entre duas teses que há muito se confrontam.

Uma apontando o caminho da «auto-suficiência alimentar», outra o do desenvolvimento de «dois ou três sectores industriais susceptíveis de se tornarem competitivos no exterior», como vias alternativas para o reequilíbrio da balança comercial.

Lourdes Pintasilgo recordou, ainda, a necessidade de Portugal «renegociar certos empréstimos estrangeiros», a partir de uma posição de «plena soberania».

Ao analisar o problema da Reforma Agrária, o Primeiro-Ministro invocou a respectiva lei, reiterando o propósito de proceder a devoluções, mas só «em certos casos» e em determinadas condições, de entre as quais referiu a de o proprietário explorar directamente a terra.

Depois de se pronunciar favoravelmente pelo pluralismo sindical, Lourdes Pintasilgo indicou as grandes linhas da política externa do seu governo, advogando uma integração na CEE que se não confunda com «a formação de um bloco políticos».



Aludiu, também, as relações com Angola e Moçambique, sublinhando que os contenciosos com ambas as ex-colónias terão de ser resolvidos «por negociações que se situem num quadro de relações entre estados soberanos».

Em relação à questão do Timor, considerou-a um problema que Portugal ainda não resolveu, depois de ter sido «ultrapassado pelas circunstâncias e o poder armado».

Inquirida sobre a atitude da Igreja portuguesa relativamente ao regime ditatorial, Lourenço Pintasilgo disse ter nela pesada a recordação da I República e do anticlericalismo que a marcou, mas negou que as tomadas de posição conjuntas dos bispos pudessem ser referidas como reaccionárias.



Fundação O Futuro